

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JURUSSACA E SUA (POSSÍVEL) LIGAÇÃO COM O GRUPO ÉTNICO INDÍGENA JÊ

THE JURUSSACA MAROON COMMUNITY AND ITS (POSSIBLE) CONNECTION WITH THE ETHNIC INDIGENOUS GROUP JÊ

Jair Francisco Cecim da Silva¹

RESUMO

Este artigo aborda questões relacionadas à influência indígena em comunidades quilombolas da Amazônia, mais especificamente na Comunidade Quilombola de Jurussaca, que de acordo com pesquisas sobre a morfologia territorial da comunidade possivelmente possui ligação com o grupo étnico indígena Jê. De acordo com Salles (2004), na Amazônia, é muito comum encontrar comunidades quilombolas com as mesmas características inter-étnicas de Jurussaca, pois negros escravizados fugidos do trabalho desumano que eram obrigados a realizar, nas lavouras de fazendas de Bragança ou do Maranhão, adentrando a mata, por sorte, encontravam alguma aldeia indígena, grupo étnico diferente, e até estranho, do seu, onde passava a (con)viver, inclusive maritalmente. Pesquisas em aldeias Timbiras, localizadas, predominantemente, no cerrado brasileiro, do sul do Maranhão ao norte do Tocantins (LADEIRA, 2012, p. 32), assim como em várias etnias Jê, como os Xavantes e os Xokleng, por exemplo, atestaram que as casas ficam dispostas em forma circular ou semicircular em torno de um espaço central livre, que em Jurussaca é o campo de futebol. Portanto, somadas às pesquisas que já apontam para as ligações étnico-africanas dessa Comunidade, afirma-se que Jurussaca não deve ser referenciada como afro-brasileira, mas sim como afro-indígena.

Palavras-chave: Jurussaca. Morfologia territorial. Jê. Afro-indígena.

ABSTRACT

This article approaches questions related to indigenous influence in maroon communities in the Amazon, more specifically in the Jurussaca maroon Community, which according to researches on the territorial morphology of the community, possibly has a connection with the indigenous ethnic group Jê. According to Salles (2004), in the Amazon it is very common to find maroon communities with the same inter-ethnic characteristics of Jurussaca, due to the fact that black slaves fled from the inhuman work they were forced to do in the farms of Bragança or Maranhão, when entering into the woods, fortunately they found some indigenous villages from different ethnic groups, and even as strangers, they could cohabit with others, even in matrimony. Some researches on Timbiras villages, located predominantly in the Brazilian Cerrado from the South of Maranhão to the North of Tocantins (LADEIRA, 2012, page 32), as well as in several Jê ethnic groups, such as Xavantes and Xokleng, for example, attested that the houses are arranged in a circular or semicircular way around a free central space, which in Jurussaca is the soccer camp. Therefore, in addition to the research that already indicates the ethnic-African connections of this Community, it is stated that Jurussaca should not be referred to as Afro-Brazilian, but rather as Afro-indigenous.

Keywords: Jurussaca. Territorial morphology. Jê. Afro-indigenous.

¹ Doutor, Universidade Federal do Pará, cecim@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O estudo em Comunidades Quilombolas, consideradas isoladas por suas características sócio históricas e de suas falas – falas estas que se desenvolveram a partir do contato entre o português, as línguas africanas e as línguas indígenas – é muito importante para a compreensão geral da sociedade brasileira. Nas terras do norte do Brasil, as Comunidades Quilombolas se distinguem das comunidades da Bahia que são tipicamente de descendência africana (Lucchesi, Baxter & Ribeiro, 2009), as comunidades afro-brasileiras. Na Amazônia, de acordo com Salles (2004), é muito comum encontrar comunidades quilombolas com forte influência indígena. Devido a essa distinção e às peculiaridades de muitas comunidades do norte, não podemos deixar de investigar esses povos, que podem contribuir grandemente com a história do povo brasileiro.

Logo, este artigo aborda questões relacionadas à influência indígena em comunidades quilombolas da Amazônia, mais especificamente na Comunidade Quilombola de Jurussaca, que se localiza no meio rural do município de Tracuateua, nordeste do estado do Pará-Brasil.

Levamos em consideração nas pesquisas a morfologia territorial da comunidade, para corroborar essa influência indígena na formação de Jurussaca e sua possível ligação com o grupo étnico indígena Jê.

Negros escravizados fugidos do trabalho desumano que eram obrigados a realizar, nas lavouras de fazendas de Bragança ou do Maranhão, adentrando a mata, por sorte, encontravam alguma aldeia indígena, grupo étnico diferente, e até estranho, do seu, onde passava a (con)viver, inclusive maritalmente. Pesquisas em aldeias Timbiras, localizadas, predominantemente, no cerrado brasileiro, do sul do Maranhão ao norte do Tocantins (LADEIRA, 2012, p. 32), assim como em várias etnias Jê, como os Xavantes e os Xokleng, por exemplo, atestaram que as casas ficam dispostas em forma circular ou semicircular em torno de um espaço central.

Portanto, iniciaremos este artigo apontando aspectos etnográficos da Comunidade, como a localização, a constituição (origem e formação), denominação, manifestações culturais e o processo de reconhecimento e titulação da terra de Jurussaca como remanescente de quilombo. Em seguida, ressaltaremos as características africanas e indígenas – em destaque a morfologia territorial – da comunidade, a fim de corroborar que Jurussaca não deve ser referenciada como afro-brasileira, mas sim como afro-indígena. Finalmente, faremos considerações finais e apresentaremos as referências bibliográficas utilizadas neste artigo.

1. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JURUSSACA

A Comunidade Quilombola de Jurussaca fica localizada na zona rural do município de Tracuateua, a, aproximadamente, 10 km da sede, na microrregião bragantina, mesorregião do nordeste do estado do Pará, norte do Brasil. A cidade de Tracuateua, onde Jurussaca está inserida, dista, aproximadamente, 190 km de Belém, a capital do estado – ver mapa 1, abaixo.

Figura 01 – Localização Cartográfica da Cidade de Tracuateua-Pará



(PETTER & OLIVEIRA, 2011a)

O topônimo Tracuateua é de origem Tupi: é a junção de **tracuá** (formiga grande) (CUNHA, 1998, p.295) e **teua** (terra abundante).

A cidade de Tracuateua, que, até 1994, era distrito do município de Bragança, cidade histórica que, em 2013, completou 400 anos, foi constituída a partir da construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança².

Segundo informações da presidência da Associação dos Pequenos e Mini Produtores da Comunidade do Jurussaca, com base no censo de 2010, do IBGE, a população de Jurussaca (PA) oscila entre 500 a 600 pessoas (PETTER & OLIVEIRA, 2011a), equivalendo a

² A construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança foi iniciada no dia 10 de junho de 1884. Foram construídos 229 quilômetros do eixo principal, que ligava os municípios de Belém e Bragança, e foi inaugurada, em sua totalidade, em 1908. O principal objetivo da construção da estrada de ferro foi fomentar “[...] o desenvolvimento de núcleos agrícolas no estado do Pará, no período de expansão da atividade gomífera” (LEANDRO & SILVA, 2012, p.144).

aproximadamente 85 a 90 famílias. Uma característica, em Jurussaca, é o predomínio do sobrenome **Araújo**, de origem galego-portuguesa, no nome das pessoas (ALMEIDA D., 2010).

A principal atividade econômica de Jurussaca é a agricultura, predominando o plantio da mandioca para a produção de farinha e do feijão, e é uma atividade de subsistência.

1.1. O TOPÔNIMO JURUSSACA E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE

Em relação ao nome da Comunidade, depoimentos de moradores, que retratamos abaixo, demonstram-nos que Jurussaca foi primeiramente chamada “Rocinha”.

- 1) DOC 1: Dona Vicência, a senhora nasceu no Jurussaca?
[...]
INF: Nasci, quer dizer que é... era no Jurussaca, mas se *chamavo* casa Rocinha
DOC 1: Casa Rocinha?
INF: Hum.
INF: [Dia] era...tinha placa grande... assim... que meu tio fez... assim na parede... era Casa Rocinha... (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011j).
- 2) INF: Porque os primeiros habitantes que moraro aqui foram as pessoas que vieram, eh...dum tempo foragido, assim... do tempo daquela guerra, né, que teve... eles vieram e se colocaram, foram três pessoa... se colocaram um lá na beira do rio Jurussaca lá que o nome dele era Raimundo Jurussaca... aí se colocaram outro aqui... que era o... o Benedito Ludovino... aí tem outro que morava na rocinha... na rocinha é um local que tem umas mangueira lá aí é pra onde a gente só trabalha, aí todo mundo botô o apelido de rocinha pra lá... aí é a terra firme pra lá... aí ficou, eh, essas três pessoa que começaram a fazer a família aqui. (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011i).

Com o passar dos anos, a Comunidade passou a se chamar Jurussaca (NASCIMENTO, DANTAS & LUZ, 2008, p.24). Não obtivemos informações de como e quando essa mudança aconteceu.

O significado do topônimo Jurussaca, assim como a mudança de nome da Comunidade, também apresenta duas versões: uma delas diz respeito a uma tradição, em que, quando uma pessoa prejudicava a outra fazendo algum mal a ela e arrependida pedia-lhe perdão, a causadora do mal, para se desculpar, deveria enfiar a cabeça numa saca, prometendo jurar que não a prejudicaria mais, ou seja, deveria **jurar na saca**, resultando daí o nome Jurussaca (NASCIMENTO, DANTAS & LUZ, 2008, p.24). Outra versão é de que o topônimo Jurussaca seria o sobrenome de um de seus fundadores – um dos quatro escravizados fugidos. Vale ressaltar que não há informações precisas sobre essas versões.

As manifestações culturais mais significativas da Comunidade de Jurussaca dizem respeito a atividades de caráter religioso de tradição católica, que são três: a Festa de Coroação de Nossa Senhora no mês de maio, o Círio de Santa Maria no mês de setembro e a mais tradicional da Comunidade, a Festa de todos os Santos, no mês de outubro. A população de Jurussaca participa ainda de duas outras festividades que acontecem na cidade de Tracuateua: a festa em homenagem a São Sebastião e São Benedito com a tradicional Marujada, que ocorre no mês de janeiro, e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré no segundo domingo de agosto.

A Festa de todos os Santos, a mais tradicional, é realizada na Comunidade devido a uma promessa feita pelo senhor Benedito Antônio de Araújo, ‘seu Bibiano’, morador da comunidade:

- 3) INF 2: [...] essa festa surgiu foi no tempo da guerra. Que um senhor daqui, um senhor... é...bibiano, que morava...um morador daqui da comunidade... (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011b).

O governo, através da Força Expedicionária Brasileira (FEB), convocou todos os homens para a guerra – os depoimentos relacionados a que guerra os homens foram convocados apresentam várias versões: uns apontam que a convocação ocorreu por ocasião da 2ª Guerra Mundial, outros, por ocasião da guerra do Paraguai:

- 4) INF: Não, essa festa... a gente tem uma revista que... ela já tem uns duzentos anos que tá na revista, mas acho que ela é [an]...mais...que ela começou no tempo da... da guerra... da... né, da Itália né. (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011b).
- 5) INF2: A guerra do Paraguai num foi? que ali naquele tempo ia buscar, né, uai, não foi? Como foi? e levavam mesmo eles ..então fugiam desse tempo eles eram tudo novos, né ,jovem
INF 3: Foi essa do Paraguai... que era a cobra fumando, né?
INF 2: Não não a cobra fumando já foi depois (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011e3).

Temendo que todos os homens da comunidade fossem para a guerra, o senhor Benedito prometeu que, caso os convocados não fossem para o *front*, inclusive ele, realizaria uma grande festa em homenagem a todos os santos, evento religioso católico que acontece no dia primeiro de novembro, véspera do dia de finados. Uma semana antes de os homens irem para a batalha a guerra acabou, logo a ‘promessa’ foi cumprida. O senhor Benedito Antônio de Araújo, então, realizou a festa e a presidiu até a sua morte.

- 6) INF 2: [...] O Brasil teve que mandar soldados pra lá, pra guerra. Quando chegaram lá, e... aí, ele... a... hum... a mãe dele ,que ficou aqui ,aí falou que tomara que quando ele chegasse lá já tivesse acabada, né, o...o...acabado a guerra, ou então ele voltasse

vivo. Então, ela ia *mandá fazê* a... uma festa de *todos os santo*. Juntava *os santo*, agora, aí a gente não sabe também... (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011b).

1.2. RECONHECIMENTO E TITULAÇÃO COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO

Na comunidade de Jurussaca, antes de ser reconhecida e titulada como remanescente de quilombo pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), grande parte dos moradores não tinha conhecimento da sua descendência africana, segundo o depoimento de uma moradora, que transcrevemos abaixo; conseqüentemente, não sabiam que, caso se auto identificassem como afrodescendentes, teriam direito ao título de uso coletivo da terra, que era sua por direito.

- 7) DOC 2: Mas quando vocês eram menores, vocês eram jovens, eram crianças, vocês não tinham menor idéia disso?
 INF 1 Não... não tinha...
 DOC 1: Não tinha?
 DOC 2: Nem se falava...
 INF 1: Nem se falava, não.
 DOC 2: ...que...que os antepassados...eram escravos...
 INF 1: Isso não...não.
 DOC 2: ...vieram pra cá...
 INF 1: A gen... a gente não...
 DOC 2: ...não se falava disso?
 INF 1: Eu não...não... a gente só foi *sabê* mesmo depois que ela...
 INF 2: Foi.
 DOC 2: A senhora também não?
 INF 2: Não.
 DOC 2: Nunca ouviu isso?
 INF 2: Não. (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011b).

Após muitos esforços, finalmente em 2002, a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo, ou seja, de matriz africana, quando recebeu o título de reconhecimento coletivo, com base na Lei Estadual nº 6.165, de dois de dezembro de 1998, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. Foi delimitada uma área de 200,9875 *ha*. O Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo da Terra foi entregue à comunidade no dia 14 de setembro de 2002.

Vale ressaltar que o reconhecimento do domínio das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo só foi possível devido às frequentes lutas, principalmente, dos movimentos negros.

1.3. CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE DE JURUSSACA – TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Segundo depoimentos de moradores da Comunidade de Jurussaca, há três versões com relação a sua origem e formação: a primeira versão é de que Jurussaca parece ter sido estabelecida por quatro africanos negros escravizados, que, fugidos de fazendas de cana de açúcar do estado do Maranhão, se instalaram na região com o objetivo de se esconderem de seus perseguidores.

- 8) DOC2: E vieram fugidos da onde?
 INF: Foi as pessoas da... da... dos... dos pessoal que... que chegaram no Maranhão de lá esses homem partiram pra cá.
 DOC2: Vieram pra cá?..
 DOC1: Vieram do Maranhão.
 INF: É.
 DOC2: ...Fugindo?
 INF: É.
 DOC2: Vieram fugindo do Maranhão.
 INF: É... é...pessoas que... desses o... dessa companhia que veio p'o Maranhão, e do Maranhão esses home se escaparam pra cá ... (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011i).

Outra versão dá conta que três negros escravizados vieram fugidos do Maranhão e um de Minas Gerais.

- 9) INF: ...não... mas o meu... meu bisavô era escravo.
 DOC 1: E veio de onde?
 INF: Do... de Minas *Gerá*.
 DOC 1: De Minas?
 INF: Hum.
 INF: Chamavam canguçu *prá* eles. *Se mudaro* muita gente... ININT... ele era de Minas *Gerá* o meu bisavô... (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011j).

Nascimento, Dantas & Luz (2008, p.24) apontam, em sua pesquisa, uma terceira versão sobre a origem e formação da comunidade, baseando-se, também, no relato de alguns moradores: africanos escravizados que trabalhavam nas lavouras de fazendas de Bragança-PA, fugindo do cativeiro ou, mesmo depois da abolição, temendo serem, de novo, escravizados, evadiram-se em direção à região de Jurussaca, até então pertencente ao território bragantino.

A versão de que os negros provinham da região bragantina tem respaldo nas pesquisas de Bezerra Neto (2001), que afirma que, ao observar o número de escravizados que viviam na região, ou seja, sua distribuição demográfica, “[...] a área em torno de Bragança reunia o

maior número de cativos, ou seja, 482 sujeitos que perfaziam 7% da sua população de 6.847 moradores [...]” (BEZERRA NETO, 2001, p. 101).

O grande número de negros escravizados, na região bragantina, deveu-se à diversidade de produtos agrícolas cultivados na região, entre os quais o café, a cana de açúcar e a mandioca, além da pecuária, com a presença de algumas fazendas de criação de gado na região, que demandava uma quantidade considerável de mão de obra escravizada.

O período em que os povos africanos escravizados foram trazidos à força para trabalharem nas fazendas do Maranhão e do Pará se deu no século XVIII. Entre 1755, ano da fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e 1778, ano da sua extinção, ou seja, em pouco mais de 20 anos, “[...] foram introduzidos na Amazônia Portuguesa um número de escravos possivelmente superior aos 25.365 africanos desembarcados nos portos de Belém e São Luís pelos navios da Companhia” (BEZERRA NETO, 2001. p.28 apud FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p.111), em média, mais de 1.100 pessoas escravizadas por ano.

Os africanos escravizados trazidos para o Grão-Pará e que, possivelmente, podem ter participado da formação do povo da comunidade de Jurussaca pertencem a três grupos linguísticos: **(i) os falantes de línguas bantas, (ii) os falantes de línguas cuá e (iii) os falantes de línguas defóide** (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p.112).

(i) *Línguas Bantas* – os escravos que falavam essas línguas foram trazidos da costa oeste africana das atuais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo, Angola, e mais tarde, da costa leste africana, mais propriamente de Moçambique. Compreendem as línguas faladas pelo maior número de cativos (Bonvini, 2008: 30). Em Angola, três línguas bantas muito faladas são umbundu, quimbundu e quicongo (hoje, três das quatro ‘línguas nacionais’ do país).

(ii) *Línguas Cuá (subgrupo gbe)* – os negros que falavam essas línguas eram oriundos do chamado “Ciclo da Costa da Mina” e conhecidos ainda como “sudaneses”. Atualmente esta área linguística compreende os países africanos de Gana, Togo, Benin e Nigéria. Três línguas muito citadas são gbe, eve e fon. Línguas desse grupo são designadas no Brasil pelo termo *jeje* (Bonvini, 2008: 30).

(iii) *Línguas Defóide* – os negros desse grupo atestavam diferentes falares iorubás e são conhecidos no Brasil pelo termo *nagô-queto* (Bonvini, 2008: 30). Eram provenientes da Nigéria (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p.112).

É importante chamar atenção para o que diz Salles (2004, p.17) com relação à interação entre os falantes das línguas “cuá” e “bantas”, no Maranhão e no Pará:

[...] as culturas sudanesas e banto não se contrapõem. Não há indícios de antagonismos tribais. Ao contrário, tudo parece mostrar, na manifestação exterior da cultura desses povos, tendência para a convergência e a fusão num só grupo, solidário culturalmente, pela condição de escravo. [...].

A condição de escravizado, além de contribuir para a convergência e a fusão cultural entre os grupos (SALLES, 2004, p.17), a nosso ver, contribuiu também para que os grupos se ajudassem mutuamente, por uma questão de sobrevivência, uma vez que vinham de regiões muito próximas entre si, com condições sociais também próximas e, ao mesmo tempo, se encontravam, na condição de escravizado, muito distantes, em um país completamente diferente dos seus.

Os negros escravizados fugidos do trabalho desumano que eram obrigados a realizar, nas lavouras de fazendas de Bragança ou do Maranhão, se deparavam com a floresta, mata fechada, possivelmente, para ele, um ambiente de difícil acesso e bastante arriscado.

Adentrando a mata, os negros fugidos, por sorte, encontravam alguma aldeia indígena, grupo étnico diferente, e até estranho, do seu, onde passava a (con)viver. Com essa convivência havia, inevitavelmente, a miscigenação entre negros e índios. Em Jurussaca, parece que não foi diferente. Chegando à região onde hoje é o território de Tracuateua, possivelmente os negros se depararam com índios que habitavam a região, na época, e acabaram convivendo com eles, se juntando a eles maritalmente. Desse contato inter-étnico é que foi formado o povo de Jurussaca (NASCIMENTO, DANTAS & LUZ, 2008, p.25).

Vale ressaltar que, na Amazônia, é muito comum encontrar comunidades quilombolas com as mesmas características inter-étnicas de Jurussaca. Salles (2004) aponta alguns casos que ilustram essa situação:

[...] Há na crônica da escravidão muitos casos ilustrativos e que destrói o mito da incompatibilidade étnica. [...] Há casos de negros liderando grupos indígenas, não poucos se tornaram chefes de tribo, *tuxauas*. (SALLES, 2004, p.85).

[...] [em Camiranga] Jorge Hurley viu alguns índios Tembê vivendo maritalmente com negras (1928). Darcy Ribeiro produziu farta documentação etnográfica no diário das duas expedições realizadas entre 1949 e 1951 em busca das aldeias indígenas localizadas na bacia do Gurupí, fronteira do Pará-Maranhão. Topou com os quilombos e deu notícias minuciosas de negros e comunidades remanescentes, Camiranga, Canindé e Itamoari, no Pará³ (SALLES, 2004, p.99).

A miscigenação entre negros e índios, que, de acordo com nossa pesquisa, contribuiu, fundamentalmente, para a formação da Comunidade Quilombola de Jurussaca será alvo de considerações a seguir.

³ Camiranga é uma comunidade quilombola afro-indígena, distrito do município de Cachoeira do Piriá, no Pará, situada na margem do rio Gurupí, rio que divide os estados do Pará e do Maranhão.

2. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JURUSSACA – TERRITÓRIO AFRO-INDÍGENA

A pesquisa de alguns autores, em Jurussaca, entre os quais, destacamos: Oliveira, Campos, Cecim, Lopes, Santos e Silva (manuscrito) e Figueiredo & Oliveira (2013, p.112), aponta que essa Comunidade evidencia forte influência afro-indígena, e o biótipo dos moradores de Jurussaca corrobora essa miscigenação.

Oliveira, Campos, Cecim, Lopes, Santos e Silva (manuscrito) apontam que a comunidade de Jurussaca “[...] se une historicamente a muitas outras comunidades do Maranhão denominadas de “terras de preto” [...]”, estabelecendo relações étnicas muito estreitas com povos do oeste da África; assim como se liga etnicamente a comunidades indígenas amazônicas. Os autores, no entanto, não identificam essas etnias. Figueiredo & Oliveira (2013, p. 112) ratificam que a comunidade de Jurussaca tem uma formação negro-indígena, e destacam a importância da cultura indígena no Pará, apontando que culturas indígenas muito sofisticadas foram atestadas, nesse estado, antes da colonização instaurada pelos europeus, por exemplo: as culturas marajoara (Ilha de Marajó) e tapajônica (Santarém).

Em relação à etnia indígena que está na origem de Jurussaca pertenceria, possivelmente, ao grupo Tupinambá ou Tupi, estes apontados como os primeiros povos que habitaram a região bragantina, em que Jurussaca está inserida.

No entanto, em nossa pesquisa em Jurussaca, nos chamou a atenção a morfologia territorial da Comunidade, que se assemelha a de alguns aldeamentos indígenas localizados em várias regiões do Brasil, inclusive na Amazônia, como os Timbiras, os Kraôs, também reconhecidamente como povo Timbira (LADEIRA, 2012, p. 24) –, e os Xavantes.

2.1. JURUSSACA E A LIGAÇÃO INDÍGENA JÊ

De acordo com a Prof. Dr. Rosane Sá (comunicação pessoal), o grupo indígena Timbira é composto de um número pequeno de apenas 7 etnias: Pykobjê, Apãniekrá, Ramkokamekrá, Krahô, Krinkati, Apinajê, Parkatejê, que fazem parte da família Jê (bem maior), que agrega muitas outras etnias, como os Xavante, os Kaingang, os Suyá, entre outros. A família Jê, por sua vez, faz parte de um tronco linguístico maior ainda, o tronco Macro-jê, que difere do tronco linguístico Tupi. Dez famílias fazem parte do tronco Tupi, segundo Moore (2011, p. 224), entre as quais o Tupi-Guarani.

Pesquisando em aldeias Timbiras, localizadas, predominantemente, no cerrado brasileiro, do sul do Maranhão ao norte do Tocantins, Ladeira (2012, p. 32) atestou que as

casas desse povo indígena ficam dispostas “[...] em um círculo, cujo centro é uma área também circular e limpa, o pátio ou *cýy* [...]”.

Além dos Timbiras várias outras etnias Jê, como os Xavantes e os Xokleng, por exemplo, também fazem aldeias circulares (Prof. Dr. Rosane Sá – comunicação pessoal). As aldeias dos Xavantes são construídas dispondo as casas “[...] de forma semicircular, em torno de um pátio cerimonial denominado *warã*. [...]” (ANTONIO, BENATTI, FERREIRA & BOLSON, [2008], p.4).

Segundo ainda Antonio, Benatti, Ferreira & Bolson ([2008], p.3), as aldeias Tupinambás ou Tupis, apontados por Oliveira (2008, p. 29) como os povos que se destacavam no litoral brasileiro, também pouco divergem da forma das aldeias das etnias citadas, que é a disposição das construções em torno de um espaço central livre, com a pequena diferença de que as aldeias Tupis estão ordenadas formando uma grande praça quadrada.

Outros autores que estudam etnias que fazem parte do grupo Tupi apontam posições diferentes da citada acima em relação à morfologia das aldeias Tupi. Silva, L. (2010, p. 57), por exemplo, pesquisando a arquitetura das aldeias guarani-mbyá, da cidade de São Paulo, atesta que é “[...] muito difícil determinar uma geometria predominante nas aldeias, uma vez que não possuem simetria ou centralidades bem determinadas. [...]”. Embora, possivelmente, não haja simetria ou centralidades bem definidas nas aldeias Tupi, Silva, L. (2010, p. 61) encontra similaridades entre as aldeias Tupi e as não Tupi: a presença nas aldeias guarani-mbyá de locais descampados (pátios), chamados *ocá*, que ficam ao redor das casas de reza, ou *opy*,

[...] onde ocorrem tanto atividades profanas – reuniões, brincadeiras, artesanato – quanto sagradas. Funcionam assim como lugar de encontro e de realização de atividades sociais e conformam, portanto, o espaço público por excelência das aldeias (SILVA, L., 2010, p. 61).

Os pátios, como pudemos observar, são espaços onde se concentram as tomadas de decisão, tornando-se o local mais importante do aldeamento indígena.

Em trabalho etnográfico e arqueológico realizado em aldeias Tupis na Amazônia Oriental, região do estado do Pará onde se localiza Jurussaca e do Maranhão, Almeida, F. (2008, p. 263) não identificou um padrão geral na morfologia das aldeias. “Aparentemente, os Tupi organizavam suas aldeias de forma extremamente flexível [...]” (ALMEIDA, F., 2008, p. 260), flexibilidade esta que, segundo o autor, estaria relacionada à característica nômade dos Tupi. No entanto, outros povos também nômades, como os Jê, mantêm um padrão circular quanto à morfologia de suas aldeias (ALMEIDA, F., 2008, p. 263).

Analisando as informações sobre a arquitetura das aldeias indígenas circulares citadas acima, observamos que o centro, também chamado pátio central, é um local muito importante para os índios, pois é onde os homens se reúnem pelos mais variados motivos: tomar decisões, realizar rituais, praticar atividades de lazer.

Em busca de uma resposta ao(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) diversas aldeias indígenas brasileiras são construídas em forma circular ou semicircular, encontramos as considerações de Melatti (1974, p. 4), sobre os Kraôs, subdivisão dos Timbiras, e Ladeira (2012, p.33) sobre os Timbiras. Os dois autores analisam a arquitetura das aldeias desses dois povos a partir da visão dualista que os índios têm do universo, ou seja, o universo é dividido em duas metades, o centro e a borda: entre os Timbiras, por exemplo:

[...] Todos os seres e coisas que povoam o cosmos estão referenciados neste espaço da aldeia: homens e mulheres, animais e plantas, bem como seres mitológicos, são classificados como Cÿjmy'era ou A'tÿcmy'era (referidas atualmente como Katamyê e Wakmeyê, entre os Krahô e Kolti e Kolré entre os Apinajé). [...] Todos os Timbira pertencem a uma dessas metades por meio da nomenclatura. É a partir da nomenclatura que os indivíduos conhecem os seus papéis cerimoniais, os lugares e funções que ocupam no pátio (LADEIRA, 2012, p. 33).

Entre os Kraôs a visão dualista é concebida entre o centro 'dentro' e a periferia 'fora':

[...] Ao centro estão associados aqueles símbolos que representam os habitantes da aldeia; à periferia, aqueles símbolos que representam os de fora. Assim, as mulheres, os mortos, os inimigos estão associados à periferia: os inimigos obviamente não pertencem ao grupo que assim os considera; os mortos são antigos membros da sociedade, mas que a deixaram; as mulheres, são membros da sociedade, mas não participam dela em sua plenitude, sendo excluídas das decisões políticas e de certos desempenhos rituais (MELATTI, 1974, p.4).

A visão dualista que os índios Timbiras e Kraôs têm do universo, que, possivelmente, se reflete na morfologia de suas aldeias, com o pátio no centro e as casas ao redor desse pátio, tem a ver, segundo Ladeira (2012, p.33) e Melatti (1974, p. 4), com a representação que se tem das pessoas, dos espaços, do mundo, mostrando que as oposições existem e que os elementos que compõem o universo ocupam posições que se distinguem hierarquicamente, ou seja, “[...] nem sempre ocupam uma posição de igualdade, pelo menos simbolicamente” (MELATTI, 1974, p. 4).

Observando a comunidade de Jurussaca, verificamos que sua morfologia tem semelhança com a morfologia das aldeias das etnias Timbira e Kraô apontadas acima, que se constituem em forma circular ou semicircular: as casas, na subárea Jurussaca e na subárea Cebola, estão dispostas em um formato 'semicircular', em torno de um campo de futebol.

Vale ressaltar que uma única casa de moradia está presente em torno do campo de futebol nesse semicírculo na subárea Jurussaca. As outras casas que fazem parte desse espaço são locais de encontros de pessoas, onde ocorrem os eventos mais importantes, significantes na/para a comunidade, como a escola, a igreja, o centro comunitário, o salão de festas e o próprio campo de futebol, que também é um local de encontro.

Figura 2 – Croqui da subárea Jurussaca



Autor: Edésio Silva

Logo, um fato nos chamam a atenção ao olharmos para o croqui acima da subárea Jurussaca: (i) as ‘casas funcionais’ voltadas para esse pátio: a escola, o centro comunitário, a igreja e a sede de festas. A nosso ver, essa morfologia territorial aponta para uma proximidade com aldeamentos indígenas, em particular, do grupo Jê, em que se percebe a presença marcante de um pátio. No entanto, a questão da ‘circularidade’ que se aponta nos aldeamentos Jê é nitidamente vista em outra subárea da Comunidade sob estudo – a subárea Cebola.

Figura 3 – Croqui da subárea Cebola



Autor: Edésio Silva

Cebola é um local que fica a 1 km, aproximadamente, do centro de Jurussaca, mas faz parte do território jurussaquense, ou seja, é também parte da Comunidade de Jurussaca. O termo Cebola foi dado ao local por alguns anciãos, que, ao desbravarem a mata, encontraram muitos pés de cebola, por isso o termo; veja o depoimento abaixo:

- 10) INF 1: Os *vêio acharo...uma cebolera braba, né... que dá na bera do baxo ai...eles viro lá e botaro o apelido de cebola, né...mas eu mesmo num ININT...e ai fico desde'sse tempo, [né]... (GEN.ENT.) (PETTER & OLIVEIRA, 2011, p. 2).*

Chamamos a atenção para o fato de que, para os que vêm de fora e não conhecem a realidade da Comunidade, tem-se a impressão de que são duas comunidades distintas: Cebola e Jurussaca. Nesse sentido, quando nos referirmos à Jurussaca em distinção à Cebola, usaremos o termo **subárea**; quando nos referirmos à Jurussaca envolvendo o seu todo, nesse caso, incluindo a subárea Cebola, usaremos o termo **Comunidade**.

A subárea Cebola apresenta um mesmo ponto em comum que a subárea Jurussaca, a presença do pátio. No entanto, diferentemente da subárea Jurussaca, em que apenas as casas funcionais 'olham' para o pátio⁴, na subárea Cebola todas as casas residenciais 'olham' para o

⁴ Na sub-área de Jurussaca apenas uma casa residencial 'olha' para o pátio.

pátio. A única ‘casa funcional’ (escola) existente na subárea também ‘olha’ para o pátio. É notório, observando a Figura 3, que a subárea Cebola apresenta uma morfologia semicircular envolvendo as casas e o pátio, o que reforça nossa hipótese de ligação dessa Comunidade com áreas indígenas – pela presença do pátio – e ainda indígenas Jê – pela morfologia semicircular envolvendo as casas em torno do pátio. O fato de na subárea Jurussaca haver maior disposição de ‘casas funcionais’ em torno do pátio deve-se, provavelmente, ao fato de essa subárea ter sido formada antes da subárea Cebola, tendo se tornado, portanto, o centro das decisões.

Vale frisar que o campo de futebol, nas subáreas Jurussaca e Cebola, é o local onde são realizadas atividades de lazer tanto da comunidade, de um modo geral, quanto das escolas, de modo particular.

Coincidentemente ou não, o campo de futebol – espaço central (pátio) – tanto da subárea Jurussaca quanto da subárea Cebola, por muito tempo, foi considerado espaço exclusivamente masculino – era impensável, muitos anos atrás, mulheres jogando futebol. Elas ficavam apenas nas laterais do campo torcendo – à semelhança dos pátios centrais das aldeias, que eram frequentados somente pelos homens; as mulheres fica(va)m nas bordas, na periferia.

Outras características da subárea Jurussaca e da subárea Cebola se assemelham às comunidades indígenas Timbiras: os dois locais estão situados, geograficamente falando, num lugar plano, próximos de um rio, que tem o mesmo nome da comunidade, rodeados de mata, onde os moradores plantam seus roçados e criam gado. Essa geografia das duas subáreas da Comunidade de Jurussaca é semelhante a que os índios Timbiras escolhem para construir suas aldeias (LADEIRA, 2012, p.32).

Chamamos a atenção para o fato de que o pátio central das aldeias é ligado às casas por caminhos estreitos. Esses caminhos também estão presentes em outros pontos das aldeias ligando vários locais uns com os outros, como o rio, igarapés e as roças. De acordo com Ladeira (2012, p.32), nas terras dos índios Timbiras:

[...] são numerosos os caminhos estreitos que cortam o cerrado em todos os sentidos, ligando as casas aos lugares de banho, roça, caça e pescaria. Cada Terra Indígena também possui estradas de terra que permitem a ligação das aldeias com os núcleos urbanos.

A Comunidade de Jurussaca também é entrecortada por numerosos caminhos estreitos, por onde os moradores circulam, em todos os sentidos, entre as residências e os lugares da Comunidade, como a escola, a igreja, a roça, o rio. Há também uma estrada de rodagem, de terra, que serve de ligação entre a subárea Jurussaca e a subárea Cebola e as comunidades

vizinhas e as cidades próximas, como Tracuateua e Bragança, e que permite que os moradores vendam sua produção agrícola, estudem, etc.

Os caminhos que ligam o centro da comunidade a outros lugares, como a escola, a igreja, as residências e a roça, ligam os elementos que fazem parte do universo interior das comunidades entre si. Já a estrada de rodagem, que liga as comunidades a outras comunidades vizinhas e às cidades próximas, liga o universo interior das comunidades ao universo exterior a elas. Essas ligações interior-interior, interior-exterior também são duais, o que nos permite um correlato com a cosmovisão dual Jê.

Observando as considerações feitas acima por vários teóricos sobre a morfologia de aldeias Tupi e não Tupi, vimos que, entre os autores que estudam algumas etnias que fazem parte do grupo Tupi, não há consenso em relação à morfologia dessas aldeias. Diferentemente, entre os estudiosos de etnias não tupis, atesta-se uma regularidade, um padrão na organização morfológica das aldeias, como os Timbira e os Jê. Com base nessas constatações, e verificando, na Comunidade de Jurussaca, que a morfologia da subárea Jurussaca e a morfologia da subárea Cebola apresentam características muito semelhantes aos aldeamentos indígenas Timbira, levantamos a hipótese de que a etnia ou grupos indígenas que contribuiu (contribuíram) para a formação do povo de Jurussaca pertença ao grupo Jê. Contudo, não descartamos, ainda, a possível presença de indivíduos/etnia(s) Tupi na formação dessa Comunidade. O que de fato queremos destacar é que Jurussaca, por formação, é uma comunidade afro-indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentamos um panorama etnográfico de Jurussaca – Esferas Social e Institucional –, apontando os diversos aspectos relacionados à Comunidade, como a localização, a constituição (origem e formação), denominação, manifestações culturais, o processo de reconhecimento de Jurussaca como remanescente de quilombo e a titulação da terra. Assim como abordamos questões relacionadas à morfologia territorial da comunidade a fim de corroborar nossa hipótese influência indígena em comunidades quilombolas da Amazônia, mais especificamente na Comunidade Quilombola de Jurussaca. Para tanto realizamos pesquisas sobre morfologia territorial em aldeias Tupis e não Tupis, pesquisas estas que atestaram que as casas ficam dispostas em forma circular ou semicircular em torno de um espaço central livre.

Baseados na morfologia territorial da comunidade, que se assemelha a de alguns aldeamentos indígenas, localizados em várias regiões do Brasil, inclusive na Amazônia, como

os Timbiras, os Kraôs, também reconhecidamente como povo Timbira, lançamos a hipótese da ligação de Jurussaca com grupos indígenas Jê. Portanto, somadas às pesquisas que já apontam para as ligações étnico-africanas dessa Comunidade, o que afirmamos é que não devemos referenciá-la como afro-brasileira, mas sim como afro-indígena.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. S. **Família Araújo**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/familia-araujo/38058/>. Acesso em: 8 mar. 2013.

ALMEIDA, F. O. **O Complexo Tupi da Amazônia Oriental**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia. – Universidade de São Paulo. 2008.

ANTONIO, G. B. P.; BENATTI, K.; FERREIRA, R. P. P. & BOLSON, V. C. **Arquitetura indígena**. [S. l.] Universidade Federal de Santa Catarina. [2008]. Disponível em: http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos_2008-2/indigena/arquitetura_indigena_brasil.pdf. Acesso: 5 mar. 2013.

BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII – XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In FIORIN, J. L. & PETTER, M. (orgs.). **África no Brasil – a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. 15-73.

CUNHA, A. G. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

FIGUEIREDO, C. G. & OLIVEIRA, M. S. D. **Português do Município do Libolo, Angola, e Português Afro-indígena da Comunidade de Jurussaca, Brasil: Cotejando os Sistemas de Pronominalização**. São Paulo: PAPIA, 2016.

FIORIN, J. L. & PETTER, M. **África no Brasil – a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

LADEIRA, M. E. **Timbira, nossas coisas e saberes: coleções de museus e produção da vida**. São Paulo: CTI – Centro de Trabalho Indigenista, 2012. Disponível em: http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Timbira%20PDF_final.pdf. Acesso em: 19 abr. 2013.

LEANDRO, L. M. de L. & SILVA, F. C. **A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará**. Belém: UFPA. Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 2, p. 143-174, dez. 2012.

MELATTI, J. C. **Por que a aldeia é redonda?** Informativo FUNAI, ano III, nº 11/12, pp. 34-41. 1974. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-redonda.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2013.

MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V. & RASO, T. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MOORE, D. 2011. Línguas indígenas. In MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V. & RASO, T. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

NAEA. **Quilombos do Pará**, CD-ROM. Belém: NAEA-UFPA & Programa Raízes. 2005.

NASCIMENTO, A. C. S.; DANTAS, F. P. & LUZ, M. E. M. **A trajetória histórica da comunidade quilombola Jurussaca no município de Tracuateua e sua utilização em sala de aula**. Bragança: Universidade Estadual Vale do Acaraú. (Trabalho de Conclusão de Curso), 2008.

OLIVEIRA, L. F. **Projetos de consolidação de um território: da vila de Souza do Caeté à vila de Bragança: 1740 – 1760**. 2008, 172f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

OLIVEIRA, M. S. D; CAMPOS, E. A; SILVA, J. F. C.; LOPES, J. F.; SANTOS, E. F. & SILVA, R. A. (manuscrito). **O Português afro-indígena de Jurussaca: o resgate de uma variedade ao conjunto “português brasileiro”**.

PETTER, M. T. OLIVEIRA, M. S. D. **Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará**. 2011. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/Extra/Projeto_Iphan_USP.htm. Acesso em: 14 jun. 2011.

PETTER, M. M. T. & OLIVEIRA, M. S. D. de. 2011a. **Projeto-piloto IPHAN/USP**. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/Extra/Projeto_Iphan_USP.htm. Acesso em: 10 mai. 2011.

PETTER, M. M. T. & OLIVEIRA, M. S. D. de. 2011b. Transcrições. Conversa com Dona Antônia do minuto 0:00:00 a 0:13:31. In: Petter, M. M. T. & Oliveira, M. S. D. de. 2011. **Projeto-piloto IPHAN/USP**. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/transcricao_detalhe.php?id=27&idc=6. Acesso em: 03 Dez. 2010.

PETTER, M. M. T. & OLIVEIRA, M. S. D. de. 2011e2. Transcrições. Conversa com Dona Fausta e Seu Manoel do minuto 0:40:48 a 0:54:24. In: Petter, M. M. T. & Oliveira, M. S. D. de. 2011. **Projeto-piloto IPHAN/USP**. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/transcricao_detalhe.php?id=30&idc=46. Acesso em: 24 Abr. 2011.

PETTER, M. M. T. & OLIVEIRA, M. S. D. de. 2011i. Transcrições. Conversa com Valdeci do minuto 0:00:00 a 0:13:00. In: Petter, M. M. T. & Oliveira, M. S. D. de. 2011. **Projeto-piloto IPHAN/USP**. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/transcricao_detalhe.php?id=26&idc=171. Acesso em: 18 Abr. 2011.

PETTER, M. M. T. & OLIVEIRA, M. S. D. de. 2011j. Transcrições. Conversa com Dona Vicência do minuto 0:00:00 a 0:13:31. In: Petter, M. M. T. & Oliveira, M. S. D. de. 2011.

Projeto-piloto **IPHAN/USP.** Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/transcricao_detalhe.php?id=34&idc=63. Acesso em: 18 Abr. 2011.

SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SILVA, L. R. **Arquitetura das aldeias guarani-mbyá da cidade de São Paulo**. Graduação (Trabalho Final). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://issuu.com/lurosil/docs/guarani-mbya#download>. Acesso em: 19 abr. 2013.